



FEMINICÍDIO

Queda de casos é apenas um alerta

O **Correio** consultou especialistas que veem com cautela a redução em 2,5% do número de registros de violência este ano

» IAGO MAC CORD
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

É precipitado avaliar que o país está com dados mais positivos em relação aos registros de violência contra a mulher, após a revelação de que houve uma redução de 2,5% dos casos de feminicídio, de janeiro a junho de 2026, em comparação ao mesmo período do ano passado. O levantamento integra o Monitoramento Nacional da Violência contra a Mulher, elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pelo Ministério das Mulheres (MMULHERES) com base nas informações do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp VDE). Mas logo, em seguida, o Anuário da Segurança Pública, organizado Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicou que 2025 bateu recorde de agressões femininas: 1.571 feminicídios, alta de 4% em relação aos 1.504 crimes registrados em 2024.

Especialistas consultadas pelo **Correio** avaliam que é preciso ter cautela e considerar múltiplos fatores que influenciam os dados finais. Hangra Leite, especialista em direito de família e mulher, afirma que alterações muito drásticas e as diferenças registradas nos boletins podem refletir tanto mudanças reais na violência quanto alterações na forma de registrar e classificar os casos, além de fatores como a estrutura da rede de proteção, a eficiência da investigação e a capacitação dos profissionais.

“Variações muito expressivas de um ano para outro merecem análise detalhada para verificar se houve mudanças metodológicas ou subnotificação”, observou a especialista.

Porém, Hangra Leite argumenta que nem sempre o aumento das denúncias significa o aumento da violência. Segundo ela, o crescimento de notificações pode indicar maior confiança das vítimas nas instituições, mais informação sobre direitos e redução da subnotificação: “Pode ser um sinal positivo de que mais vítimas estão conseguindo romper o ciclo da violência e buscar proteção”.

Compreensão

Pesquisadora e mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Tatyane Mendes disse que esses dados devem ser usados

SSP/DF/Divulgação



Panorama do Feminicídio no Brasil

QUEDA DE 2,5%

741 CASOS

no 1º semestre de 2026

(redução de 19 ocorrências em relação aos 760 em 2025)

JUNHO: O MÊS COM MENOS REGISTROS

Mais baixa letalidade no semestre: 108 CASOS

Redução de 59 CASOS entre o 1º e o 2º trimestre

CONTRASTES REGIONAIS

Em %

Estados em alta: Goiás, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, São Paulo, Amazonas

Estados em queda: Acre, Roraima, Rondônia, Piauí, Maranhão, Pernambuco

Estados em estabilidade: Bahia, Espírito Santo, Tocantins, Pará

OPERAÇÃO INTEGRADA MULHER SEGURA (janeiro-junho)

Prisões realizadas: **20.441**

Vítimas atendidas: **92.144**

Mobilização de força policial: **98.930**

Monitoramento de medidas protetivas: **55.808**



para compreender políticas bem-sucedidas e aperfeiçoar aquelas em andamento.

“É preciso ter em mente que toda vida importa. Foram 19 feminicídios a menos, mas ainda houve 741 mulheres assassinadas em razão de sua condição de gênero em apenas seis meses. Isso corresponde, em média, a mais de quatro mulheres mortas por dia”, ressaltou Tatyane.

O monitoramento também registrou dados das duas fases da Operação Integrada Mulher Segura, realizada em 2026. A operação realizou mais de 20 mil prisões, atendeu 92 mil vítimas, mobilizou quase 99 mil forças policiais e monitorou 55 mil medidas protetivas.

Para a pesquisadora, não é possível atribuir causalidade direta de quais ações contribuíram para a queda do feminicídio. Segundo ela, não se pode vincular uma única ação à responsabilidade pela queda, pois políticas de prevenção precisam atuar em frentes amplas, incluindo educação para equidade de gênero, responsabilização de agressores, avaliação de risco, autonomia financeira, habitação e assistência social.

Tatyane Mendes lembra que a ampliação dos canais de denúncia, a maior visibilidade pública do feminicídio, ações de conscientização em canais de mídia aberta, além da Operação Integrada Mulher Segura, são ferramentas importantes para a prevenção do feminicídio.

Prevenção

A psicóloga clínica e neuropsicóloga pelo Instituto de Psicologia Aplicada e Formação de Portugal (IPAF), Juliana Gebrim, explica que a prevenção da violência contra a mulher começa com a identificação de situações de abuso. Inicialmente, o processo terapêutico busca desenvolver a consciência sobre a dinâmica do relacionamento, fortalecer a autoestima e auxiliar a compreensão de que certos comportamentos representam controle.

“Esse fortalecimento emocional pode ser decisivo para que a vítima busque proteção e rompa o ciclo da violência”, destaca Juliana.

A psicóloga afirma que a conscientização sobre a violência tem contribuído para que as mulheres identifiquem mais cedo os sinais de alerta de um relacionamento abusivo, como o ciúme excessivo, o controle sobre a forma de se vestir, a fiscalização constante, o afastamento da família e dos

amigos, entre outros. A especialista pontuou que o reconhecimento precoce aumenta a chance de romper a relação antes do agravamento dos atos violentos.

A cofundadora do Instituto Maria da Penha (IMP) e doutora em direito, Anabel Pessoa, ressalta que o debate público costuma agir de forma reativa, propondo leis e penas mais duras somente após o crime consumado, em vez de investir em diretrizes pedagógicas e preventivas nas comunidades e escolas.

“Sem educação desde a infância, sem informação, a gente segue formando gerações que não identificam de jeito nenhum o ciúme excessivo, o controle financeiro ou o isolamento como sinais de alerta. Investir em prevenção na escola deveria ser a curtíssimo prazo”, defendeu.

O monitoramento também mostrou uma desaceleração no número de casos entre o primeiro e o segundo trimestre. De janeiro a março, foram contabilizados 400 feminicídios, enquanto de abril a junho, houve 341 ocorrências, uma queda de 14,5%, equivalente a 59 casos a menos. Além disso, junho foi o mês com o menor número de registros do semestre, com 108 casos. Já janeiro foi o mês com mais ocorrências (142).

O levantamento também mostra um comportamento distinto entre as regiões brasileiras. Com a queda mais expressiva, o Norte (-20%) e o Nordeste (-19,9%) foram os responsáveis pelo bom resultado nacional. Já nas regiões Centro-Oeste (+19,0%), Sul (+19,2%) e Sudeste (+2,6%), o percentual continuou crescendo.

Dados

Em Goiás, por exemplo, o aumento foi o mais significativo. No primeiro semestre do ano passado, foram 22 mulheres mortas por questão de gênero, e neste ano foram 47. O estado registrou um aumento de mais de 113%. Já no Piauí, houve uma queda de 60%, passando de 25 feminicídios para 10. Em alguns estados o número de casos permaneceu o mesmo nos dois períodos, como na Bahia (51), Espírito Santo (16), Pará (33) e Tocantins (5). O monitoramento também registrou dados das duas fases da Operação Integrada Mulher Segura, realizada em 2026. A operação realizou mais de 20 mil prisões, atendeu 92 mil vítimas, mobilizou quase 99 mil forças policiais e monitorou 55 mil medidas protetivas.

***Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel**

Tema deve ser pauta permanente

A trégua parcial observada no primeiro semestre de 2026 ocorre após um forte agravamento na violência de gênero. O Brasil registrou crescimento na violência letal contra a mulher motivada por gênero em 2025, atingindo o maior patamar histórico proporcional desde a tipificação do crime.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o país contabilizou 1.571 vítimas de feminicídio no ano passado — alta de 4% em relação a 2024. O dado expõe um paradoxo estatístico: enquanto as mortes violentas intencionais (MVI) caíram 8,2% e os homicídios

de mulheres recuaram 5,5%, os feminicídios subiram. Hoje, respondem por 44,4% de todas as mortes violentas de mulheres no país, maior proporção da série histórica.

A urgência é amplificada pelo que o Atlas da Violência 2026 classifica como “apagão estatístico” devido ao aumento de mortes por causa indeterminada. Se as mortes ocultas fossem contabilizadas, a taxa real de homicídios femininos saltaria de 3,4 para 4,4 por 100 mil. Na violência sexual, embora os registros formais tenham caído 5,4% (84.338 casos), estima-se que ocorreram 822 mil estupros por ano no país — apenas 8,5% chegam à polícia.

Para a coordenadora de gênero e raça do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Juliana Brandão, a contradição revela que instrumentos tradicionais de segurança não funcionam contra a violência doméstica. “A violência doméstica é muito influenciada por fatores estruturais: desigualdade de gênero, padrões culturais de dominação masculina, controle coercitivo dos homens sobre a autonomia das mulheres e fragilidades na rede de proteção”, explicou.

Especialistas alertam que o crime não é isolado, mas o desfecho é resultado de uma escalada. Em 2025, a perseguição (stalking) saltou 30,1% (123.871 registros), a

violência psicológica subiu 16,9% (60.830 casos) e o descumprimento de medidas protetivas de urgência cresceu 16,7% (132.025 ocorrências) — único indicador que subiu em todas as 27 unidades da federação.

Doutora em direito Anabel Pessoa, cofundadora do Instituto Maria da Penha (IMP), destaca que o aumento dos “óbitos sob ordem judicial” (quando a morte precisa ser reconhecida ou registrada por meio de uma sentença de um juiz). “Não é falha da lei, é falha na execução e na estrutura do Estado para fazer a proteção funcionar.”

“O Anuário mostra que sete

vítimas no DF tinham solicitado medida protetiva ao serem mortas; em três casos havia sido revogada, em dois os agressores não foram intimados e em um estava expirada”, ressaltou.

O perfil das vítimas reflete profundas desigualdades: 65,1% das vítimas de feminicídio em 2025 eram negras. Além disso, 62,5% das mortes ocorreram dentro de casa e, em 79,8% dos casos, os autores eram companheiros ou ex-companheiros.

“O risco não é derivado apenas da condição de gênero, mas de uma combinação com o racismo”, avaliou a integrante do FBSP. (IMC e MBG)



A violência doméstica é muito influenciada por desigualdade de gênero, padrões culturais de dominação masculina e controle coercitivo dos homens”

Juliana Brandão,
Fórum Brasileiro de
Segurança Pública